

ESTUDOS DO MEIO: a experiência de uma proposta...

Paulo Rener de Freitas *

INTRODUÇÃO

A sociedade evolui dialeticamente e com isso o perfil do aluno também se renova diante das coisas novas que surgem com a informação globalizada e incomensuravelmente fragmentada.

Os alunos da rede pública de ensino no Brasil ainda hoje não têm acesso a uma educação com os recursos tecnológicos disponíveis, mas, por outro lado, têm uma potencialidade incrível de visão da realidade desta aldeia global, acumulado pelas suas experiências de vida e por alguns fragmentos daquela informação.

Não só em relação à geografia, como também nas outras disciplinas do currículo escolar, os alunos hoje se comportam de maneira apática, resultado de métodos pouco transformados e transformadores que sempre negaram e continuam a renegar as suas atitudes sociais.

Ainda hoje o saber transmitido pela geografia é predominantemente tradicional, impondo a mecanização de um conhecimento geográfico sistematizado. Por outro lado, ela é uma disciplina embricada de um intenso conteúdo ideológico, proporcionando com isso, ao educador, uma gama de práticas pedagógicas onde aquelas informações sejam veiculadas a partir de elementos investigados na paisagem, nas suas diferentes escalas.

Assim, acreditamos que o conhecimento a ser alcançado no ensino, na busca de uma geografia reconstrutora, renovadora e não modeladora, está fundamentado em princípios éticos, baseado em práticas sociais e políticas.

Partindo desses pressupostos, buscamos discutir a necessidade e importância dessas práticas através da proposta de Estudos do Meio como mais uma experiência que objetiva novas alternativas de superação do modelo atual de ensino, pois acreditamos que é no Meio onde alunos e professores constroem seus saberes sobre o espaço e o social, idealizando e construindo suas histórias de luta por uma plena cidadania.

O ENSINO DA GEOGRAFIA E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

A inserção da geografia tradicional ou moderna no sistema público de ensino se deu no século XIX, no momento de definição do Estado Nacional e do Capitalismo Industrial. Daí a sua legitimação nas diferentes instâncias através das geopolíticas e geoestratégias.

* Geógrafo com Especialização em Geografia e Gestão Territorial pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB -, João Pessoa/PB, Brasil.

A partir de então, a geografia, enquanto ciência social, embora nascida para atender aos interesses da sociedade dominante, poderá servir de redenção da sociedade dominada, pois como disse **PEREIRA**, (1993:24-25) *“Assim como a burguesia vê na formação cultural um instrumento capaz de unir toda a sociedade e de articular todos os seus interesses (...), as classes populares podem servir-se dela como forma de resistência aos interesses da elitização impostas por essa burguesia e como meio para a construção de uma nova ordem social.”*

Assim, o ensino da geografia dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais reflete o projeto macropolítico a guisa de um Estado Moderno colocando o aluno na contramão de sua história e do seu espaço, à medida que os conhecimentos geográficos ali definidos dentro do conteúdo mínimo e da nova proposta pedagógica, se não o nega totalmente, mas tenta omitir estrategicamente a sua realidade e a interpretação e construção do seu saber.

Recentemente, foi realizado nas escolas estaduais de 1º e 2º graus no município de João Pessoa, Estado da Paraíba, Brasil, uma pesquisa de caráter interdisciplinar integrado pelo Programa de Licenciatura **PROLICEN-PB**, onde se diagnosticou que o ensino da geografia naquelas escolas passa por problemas não só teórico-metodológicos, bem como pela carência de recursos didáticos-pedagógicos, elencando entre tantos, a ausência do livro didático como o primeiro problema que reflete a crise educacional que se perpetua nas escolas públicas do referido Estado.

É evidente que dentro da política educacional na Paraíba, a questão curricular é ao nosso ver o mais preocupante, por refletir as contradições do ensino formal e dele com a realidade dos seus atores, que, por sua vez, não a legitimaram. Por isso, podemos utilizar práticas alternativas de ensino que tente superar tal problemática.

A FORMAÇÃO DO GEIA E SUAS CONQUISTAS

Em 1993, surgiu na Paraíba o Grupo de Estudos Interdisciplinar Alternativo - **GEIA**, onde a problemática vivenciada por nós, integrantes, a nível de educação oficial e conhecimento instituído, despertou-nos a necessidade de uma (re)avaliação e uma (re)tomada de ação diante daquele quadro de isolamento e apatia nossa, enquanto educadores, e dos nossos alunos.

Este texto relata uma experiência que foi colocada em prática a partir da nossa participação no **GEIA** e que resultou em mais uma conquista nessa nossa luta, enquanto educadores unidos por um ensino mais justo, e que partiu da preocupação do grupo de identificar os principais pontos responsáveis pela crise educacional no Estado, além de discutir as suas perspectivas.

Nessa etapa, nós elaboramos dentro das atividades do **GEIA** uma proposta de ensino na escola pública, onde lecionamos geografia, através de uma prática pedagógica que tem a perspectiva de promover a criatividade e o censo crítico dos nossos educandos e onde a produção do conhecimento possa emergir a partir do lugar onde nós - alunos e professores - estamos quotidianamente construindo as nossas histórias.

A EXPERIÊNCIA E OS PRIMEIROS RESULTADOS

A nossa experiência de Estudos do Meio se desenvolve em uma concepção dialética-crítica e se fundamenta em uma proposta de ensino de geografia que tenta ser mais adequada ao novo perfil do aluno da escola pública, visando proporcionar-lhes uma maior oportunidade no processo de conceituação e interpretação, garantindo com isso a sua participação na construção do saber.

O primeiro trabalho que realizamos nessa perspectiva foi uma pesquisa com os alunos das três séries do segundo grau sobre a qualidade de vida da população do bairro de Mangabeira, na cidade de João Pessoa, onde se localiza a escola Estadual Luiz Gonzaga de Oliveira e local de residência da quase totalidade daqueles alunos, portanto, procuramos abordar a percepção deles acerca do lugar onde moram dando ênfase ao enfoque sócio-espacial, identificando a funcionalidade das políticas sociais ali implementadas.

Quanto as ações metodológicas, estas estão se desenvolvendo na seguinte seqüência:

Num primeiro momento, os alunos fazem uma pesquisa de campo com um tema planejado e relacionados por eles, a partir dos conteúdos discorridos em sala de aula. Geralmente essa prática de campo se dá com trajetos de curta duração e com retornos imediatos.

Num segundo momento, já com os resultados da pesquisa de campo, os alunos dão início as correlações entre a realidade do lugar pesquisado, objeto de estudo, com o conhecimento formalizado em sala de aula através dos conteúdos padronizados ou programados oficialmente.

Num terceiro momento, tem início a interpretação dos dados adquiridos através da confecção de tabelas, gráficos e, principalmente, de textos, de maneira que todos os resultados ali obtidos sejam reflexos das suas experiências adquiridas no campo e corroboradas em sala de aula.

Com isso, acreditamos que nessa interação realidade-teoria-realidade, os nossos alunos sejam auxiliados nos seus conhecimentos científicos e se conscientizem, cada vez mais, do seu direito à cidadania.

A seguir apresentamos o exemplo de um trabalho realizado pelos alunos sob a nossa orientação e que tentou seguir a metodologia de nossa proposta, pois acreditamos na sua validade para melhor elucidar este texto.

Primeiro, foi feito um questionário com 300 pessoas da comunidade local sobre o que funcionava ou não no bairro de Mangabeira e em caso negativo, o que mais necessitava. Conjugada a esta, uma outra pergunta dava seqüência sobre as invasões de terrenos, se aquela comunidade era contra ou a favor e por quê?

ESCOLA ESTADUAL PSG CÔNEGO LUIZ GONZAGA DE OLIVEIRA
DISCIPLINA: GEOGRAFIA
TÍTULO: O BAIRRO DE MANGABEIRA E A QUALIDADE DE VIDA DE SUA POPULAÇÃO

QUESTIONÁRIO

I. IDENTIFICAÇÃO:

1. Nome:

Idade:

2. Endereço - Bairro: Mangabeira

3. Escolaridade: 1º grau 2º grau Superior

4. Procedência Familiar: interior capital outro Estado

ILOQUE FUNCIONA E NÃO FUNCIONA EM MANGABEIRA:

1. Com relação à educação (escola pública, profissionalizante, etc.)

Sim Não

Se não o que mais necessita? _____

2. Com relação à saúde (maternidade, hospital, postos, etc.)

Sim Não

O que mais necessita? _____

3. Com relação ao transporte (ônibus, táxi, ciclovias, etc.)

Sim Não

O que mais necessita? _____

4. Com relação à segurança (policiamento nos postos, rondas, etc.)

Sim Não

O que mais necessita? _____

5. Com relação às Associações de Moradores do bairro:

Sim Não

O que mais necessita? _____

6. Com relação à infra-estrutura (outros elementos):

SIM NÃO

- Saneamento básico (esgotos, galerias pluviais, etc.)
 Energia elétrica e água saneada
 Coleta de lixo regularmente e nos terrenos baldios
 Pavimentação das ruas, calçamento, asfalto, etc.)

O que mais necessita? _____

7. Com relação ao lazer (diurno e noturno)

SIM NÃO

- Praças públicas e parques infantis
 Clubes, bares, restaurantes
 Cinemas, teatros, rádios, jornais, etc.)

O que mais necessita? _____

8. Com relação a outros serviços?

SIM NÃO

- Lojas comerciais e oficinas de conserto em geral
 Feiras livres e supermercados
 Postos de gasolina e gás de cozinha
 Padarias, farmácias, etc.
 Atividades informais

O que mais necessita? _____

10. Com relação às invasões dos terrenos:

é contra a favor

Porquê _____

OUTRAS OBSERVAÇÕES _____

Em seguida, os alunos se reuniram em sala para colher as informações contidas nos questionários e depois confeccionaram gráficos e tabelas em conjugação com uma listagem dos itens, onde se destacava as necessidades do referido bairro. Logo após, houve a exposição dos dados tabulados e feito uma discussão sobre os problemas que

mais se identificavam com os conteúdos pré-selecionados como: a qualidade de vida do povo paraibano e o **IDH** - Índice de Desenvolvimento humano - do povo brasileiro.

Segundo a exposição dos dados colhidos no questionário, os itens considerados não funcionais (ou deficientes) pela ordem foram: lazer(96%), saúde(84%), educação(74%), segurança(63%), associação de moradores(57%). Além disso, 63% se mostrou contrários a invasões clandestinas de terrenos enquanto 49% reclamam dos transportes e 47% criticam a infraestrutura do bairro, destacando a freqüente interrupção no fornecimento de energia e água.

E, finalmente, já identificados e discutidos em sala de aula os principais problemas sociais do bairro, feito através do confronto entre a realidade pesquisada e as informações respaldadas pelos dados oficiais e relatados pela literatura, os alunos deram início a última fase do trabalho programado: a produção de textos. Em seqüência, iremos destacar de forma breve, alguns momentos de reflexões dos nossos alunos nas suas redações sobre o tema proposto:

“Existem (no bairro) vários problemas e um deles é o analfabetismo. O nível de escolaridade é muito baixo. Muitos alunos não têm estímulo para estudar e alguns saem das escolas para trabalharem...”

“...O bairro de Mangabeira está tendo falta de energia e água quase todo dia por conta das pessoas que estão invadindo os terrenos vazios e usando água e energia de forma clandestina causando sério transtornos para a população do bairro...”

“...O transporte coletivo não é um dos melhores, por causa de sua demora. Enquanto no bairro de Tambaú (classe média) os ônibus passam de 5 em 5 minutos, aqui em Mangabeira isso ocorre de 20 em 20 minutos...”

“...É necessário que haja força de vontade dos políticos para que eles possam fazer deste bairro uma morada melhor para todos nós...”

Essas entre outras reflexões relatadas nas redações dos nossos alunos só veio confirmar uma realidade: o bairro de Mangabeira, atualmente o mais populoso da cidade, negando o discurso oficial, não é dotado de infra-estrutura capaz de oferecer um bem-estar social a comunidade local.

V. PARA NÃO CONCLUIR

O Brasil de hoje continua mergulhado na perplexidade hamletiana de não saber o que fazer consigo mesmo: é uma crise social meridiana. E tudo isso nos leva a questionar a nossa prática enquanto educadores e cidadãos. O que estamos e estão fazendo para superar tamanha crise e melhorar esse nosso Brasil?

Na crise educacional acreditamos numa reconstrução do conhecimento. Para tanto, creditamos nas palavras de **RUA**, (1996:167-168) ser *“necessário que o professor*

perceba a dimensão política do ato pedagógico, isto é, que sinta vontade de transformar a realidade a partir da criação de novos indivíduos para nela interferir.” E, assim, teremos uma produção do conhecimento nas suas diferentes escalas e pelos seus diferentes atores.

De certo que também na educação o processo de transformação é lento e permanente e se deve, entre outras coisas, a formação de alguns professores, a resistência em não aceitar o novo; o medo de ousar, enfim, são alguns pressupostos como esses que dificultam a aceitação imediata de novas práticas pedagógicas que se definem como reconstrutoras e não modeladoras.

Mesmo assim, essas novas práticas vão surgindo na tentativa de superar a crise do modelo atual de educação oficial. E foi com o objetivo de legitimar e viabilizar tais conquistas que nos propomos a desenvolver este trabalho sobre os Estudos do Meio, na tentativa de mudar o saber instituído no espaço escolar publicizado.

Outrossim, não podemos apenas inovar, mas principalmente revolucionar através da leitura de um novo saber e um livre pensar, possibilitando aos nossos educandos, exercitar, conhecer e ampliar os seus horizontes a partir da sala de aula e do seu lugar enquanto espaço vivido e quotidianamente construído.

Por isso, este texto fica apenas como o relato de uma experiência que faz parte da nossa proposta e que ainda se encontra em andamento, sendo este, portanto, o resultado da primeira etapa de um projeto pretendido.

VI. DADOS BIBLIOGRÁFICOS

1. **FREITAS**, Paulo Rener et alii. *Uma proposta de incentivo a formação de grupos de estudos*. Trabalho apresentado no 8º ENEG, USP, 1994.
2. **LIBÂNIO**, José Carlos. *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. 2.ed., São Paulo, Loyola, 1986. (Col. Educar 1).
3. **OLIVEIRA**, Betty e **DUARTE**, Newton. *Socialização do saber escolar*. São Paulo, Cortez, 1985. (Col. Polêmicas do Nosso Tempo).
4. **PALADIM**, Heitor Antônio. *Projeto de estudo meio: integrando escola e comunidade na produção do conhecimento*. In: Anais do 10º Encontro Nacional de Geógrafos, 1996, p. 285.
5. **PAVANI**, Marcos. *O ensino de geografia frente ao novo perfil do aluno*. In: Anais do 10º Encontro Nacional de Geógrafos, Recife, 1996, p. 07
6. **PEREIRA**, Raquel M. F. *Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna*. 2.ed., Ed. Florianópolis, Editora da UFSC, 1993.

7. **PINHEIRO**, Antônio Carlos F. et alii. *O ensino de geografia na escola estadual de 2º grau no município de João Pessoa-PB*. In: Anais do 10º Encontro Nacional de Geógrafos, Recife, 1996, p. 25.
8. **RESENDE**, Márcia Spyes. *A geografia do aluno trabalhador: caminhos para uma prática de ensino*. São Paulo, Loyola, 1986. (Col. Educação Popular, 5).
9. **RUA**, João. *Em busca da autonomia e da construção do conhecimento: o professor de geografia e o saber instituído* (resumo). In: Mesa Redonda do 10º Encontro Nacional de Geógrafos, Recife, 1996, p. 167-68.
10. **SAVIANI**, Dermeval. *Escola e democracia: teoria da educação, curvatura da vara e onze teses sobre educação e política*. São Paulo, Cortez, 1983 (col. Polêmicas de Nosso Tempo, 5)
11. **VESENTINI**, José William. *O livro didático para a geografia do 2º grau: algumas observações críticas*. In: Anais do 5º Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, 1992, p. 199-209.
12. **VLACH**, Vânia R. F. *Fragmentos para uma discussão: Método e conteúdo no ensino de geografia de 1º e 2º graus*. In: O ensino da geografia em questão e outros temas. Terra Livre, nº 2, São Paulo, Marco Zero/AGB, 1987, p. 43-48.